



Relatório da administração (em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 foi de R\$ 18.439, um incremento de 3,9% quando comparada com a RAP para o ciclo 2022-2023 de R\$ 17.741, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2023 e 2022 foi de 100%. **(c) Reforço na Subestação Vendas das Pedras -** No dia 12 de abril de 2022 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 11.642, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforço nas suas instalações de transmissão de energia elétrica. As obras foram iniciadas em 2023 e a previsão da entrada em operação comercial é em abril de 2024. A RAP estabelecida para esse reforço é R\$ 1.330. **(d) Leilão de Transmissão nº 1/2023 (Lote 6) -** No dia 30 de junho de 2023 a Companhia foi vencedora do lote 6 do Leilão de Transmissão nº 1/2023 realizado pela ANEEL. Para tal, a Companhia ofereceu uma RAP de R\$ 99.870, o que resultou em deságio de 48,23% em relação ao preço inicial ofertado, de R\$ 192.927. O investimento estimado é de R\$ 1.200.000. O lote 6 é composto pela linha de transmissão 500 kV Xingó - Camaçari II, com 714 quilômetros (km) nos estados da Bahia e de Sergipe. A nova linha visa a expandir o sistema de transmissão da Área Sul da Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de modo a corresponder à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares. Conforme contrato de concessão, o prazo das obras é de 60 meses. **(e) Pagamento de dividendos -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou o montante de R\$ 10.182 referente a dividendos. **(f) Auditores independentes -** A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 82. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria. A nomeação dos auditores independentes é de competência do acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado abrangente			
	Nota	2023	2022		2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	8	196	6.994	Fornecedores	459	120	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	6.502	11.143	Financiamento	1.317	5.658	Lucro líquido do exercício
Concessionárias e permissionárias	10	1.870	1.697	Salários e encargos a pagar	70	73	13.941
Ativo de contrato	11	16.476	14.808	Imposto de renda e contribuição social a recolher	167	1.100	Outros resultados abrangentes
Outros impostos e contribuições a recuperar	-	-	1.024	Outros impostos e contribuições a recolher	420	-	-
Outros ativos	-	2.566	1.187	Pis e Cofins diferidos	13	1.441	13.941
Total do ativo circulante		27.610	36.853	Dividendos	22 (b)	6.622	Resultado abrangente total do exercício
Depósitos judiciais	-	476	476	Encargos setoriais	-	692	-
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	598	540	Outros passivos	-	1.227	-
Ativo de contrato	11	143.214	131.047	Total do passivo circulante		12.415	14.966
Total do realizável a longo prazo		144.288	132.063	Financiamento	12	-	1.299
Imobilizado e Intangível	-	242	243	Pis e Cofins diferidos	13	12.839	11.762
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	21.656	18.221
Total do imobilizado + intangível		242	243	Total do passivo não circulante		34.495	31.282
Total do ativo não circulante		144.530	132.306	Total dos passivos		46.910	46.248
Total do ativo		172.140	169.159	Capital social	16 (a)	111.732	111.732
				Reserva de lucros	16 (b)	13.498	11.179
				Total do patrimônio líquido		125.230	122.911
				Total do passivo e patrimônio líquido		172.140	169.159

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)						
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros Retenção	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		111.732	518	4.934	-	117.184
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.909
Reserva legal	16 (b)	-	545	-	-	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	-	(5.182)
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	5.182	-	(5.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		111.732	1.063	10.116	-	122.911
Pagamento de dividendos		-	-	(5.000)	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício	16 (b)	-	-	-	-	13.941
Reserva legal	16 (b)	-	697	-	-	(697)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(6.622)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	6.622	(6.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		111.732	1.760	5.116	6.622	125.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celo"). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão nº 17/2008 ("Contrato") tem como objetivo: a implementação de dois trechos de linha de transmissão 345 kV em circuitos simples, entre os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV - Macaé C1 e SE Venda das Pedras com extensão aproximada de 23,5 km cada trecho de linha, as entradas de linha correspondentes na SE Venda das Pedras e a aquisição dos equipamentos necessários para a modificação nas entradas de linha das subestações Adrianópolis e Macaé. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em maio de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 05 de dezembro de 2010. **1.2 Reforço -** No dia 30 de agosto de 2016 a ANEEL autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforços nas suas instalações de transmissão. O reforço entrou em operação no mês de julho de 2018 e a RAP estabelecida na resolução autorizativa foi de R\$ 4.593 e é reajustada em cada ciclo pelo IPCA. **1.3 Segundo reforço -** No dia 12 de abril de 2022 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 11.642, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforço nas suas instalações de transmissão. As obras foram iniciadas em 2023 e a previsão da entrada em operação comercial é em abril de 2024. A RAP estabelecida para esse reforço é R\$ 1.330. **1.4 Leilão de Transmissão nº 1/2023 -** No dia 30 de junho de 2023 a Companhia foi vencedora do lote 6 do Leilão de Transmissão nº 1/2023 realizado pela ANEEL. Para tal, a Companhia ofereceu uma RAP de R\$ 99.870, o que resultou em deságio de 48,23% em relação ao preço inicial ofertado, de R\$ 192.927. O investimento estimado é de R\$ 1.200.000. O lote 6 é composto pela linha de transmissão 500 kV Xingó - Camaçari II, com 714 quilômetros (km) nos estados da Bahia e de Sergipe. A nova linha visa a expandir o sistema de transmissão da Área Sul da Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de modo a corresponder à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares. Conforme contrato de concessão, o prazo das obras é de 60 meses. **1.5 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em R\$ 18.439 (R\$ 17.741 para o ciclo 2022-2023). Um aumento aproximado de 3,9%, decorrente do reajuste da inflação ("IPCA"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 10) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **6.1 Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a - VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a - VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar

Demonstrações do resultado abrangente			
	2023	2022	
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
Lucro líquido do exercício	13.941	10.909	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	13.941	10.909	

Demonstrações do resultado			
	Nota	2023	2022
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
Receita operacional líquida	17	30.383	18.222
Pessoal	-	(346)	(231)
Material	-	(58)	(73)
Custo de construção	18	(8.175)	-
Serviços de terceiros	19 (a)	(1.201)	(782)
Outros	-	(304)	(315)
Custos operacionais		(10.084)	(1.404)
Lucro bruto		20.299	16.818
Pessoal	-	(72)	(103)
Serviços de terceiros	19 (b)	(354)	(389)
Outros	-	(123)	(96)
Despesas operacionais		(549)	(588)
Resultado antes do resultado financeiro		19.750	16.230
Receitas financeiras	-	1.889	1.939
Despesas financeiras	-	(623)	(1.759)
Resultado financeiro	20	1.266	180
Resultado antes dos impostos		21.016	16.410
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.642)	(2.948)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(3.433)	(2.553)
Imposto de renda e contribuição social	21	(7.075)	(5.501)
Lucro líquido do exercício		13.941	10.909

Demonstrações dos fluxos de caixa			
	Nota	2023	2022
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	-	13.941	10.909
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.433	2.553
- Imposto de renda e contribuição social correntes	-	3.642	2.948
- Pis e Cofins diferidos	17	1.251	148
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	-	(1.960)	(2.026)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	405	1.456
- Ativo de contrato - remuneração	11	(19.069)	(15.961)
		1.643	28

Variações em:			
	2023	2022	
- Concessionárias e permissionárias	11	(173)	(185)
- Ativo de contrato	-	17.648	14.143
- Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(61)
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	1.024	-
- Outros ativos	-	(1.378)	272
- Fornecedores	-	339	(249)
- Salários a pagar	-	(3)	(12)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	(1.688)	(115)
- Outros impostos e contribuições a recolher	-	420	-
- Encargos setoriais	-	94	102
- Outros passivos	-	285	(110)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		18.211	13.812
Financiamento - pagamento de juros	12	(244)	(794)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2.887)	(2.273)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		15.080	10.745
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações	-	(20.832)	(20.936)
Títulos e valores mobiliários - resgates	-	27.350	25.356
Ativo de contrato - construção	11	(12.414)	-
Imobilizado e intangível	-	1	(2)
Caixa gerado nas atividades de investimento		(5.895)	4.417
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	22 (b)	(10.182)	(4.591)
Financiamento - pagamento de principal	12	(5.801)	(7.970)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		(15.983)	(12.561)
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(6.798)	2.602
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	6.994	4.392
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	196	6.994

os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A Companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros



PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.242.524/0001-42

de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1). Embora normas novas ou alteradas que não tenham o terço efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	196	65
CDB	(a)	6.928
	196	6.994

(a) A Companhia estrutura seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 100,5% do DI. A variação refere-se principalmente ao resgate para pagamento dos dividendos. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante** - A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) do Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,63% (100,5% em 2022) do DI com vencimento entre agosto e dezembro de 2024. A variação refere-se principalmente ao resgate para pagamento dos dividendos. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2023 foi de 12,78% (12,18% no exercício findo em 2022).

10 Concessionárias e permissionárias

	2023	2022
A vencer	1.682	1.655
Até 3 meses	53	1
De 3 a 12 meses	80	33
Acima de 12 meses	55	8
	1.870	1.697

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia avaliou os títulos vencidos acima de 365 dias e não identificou a necessidade de realizar a provisão.

11 Ativo de contrato

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	145.855	144.037
Receita de construção	12.414	-
Remuneração do ativo de contrato	19.069	16.004
Recebimentos	(17.648)	(14.186)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	159.690	145.855

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	16.476	14.808
Não circulante	143.214	131.047
	159.690	145.855

12 Financiamento

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	6.957	14.265
Juros	405	1.456
Amortização - principal	(5.801)	(7.970)
Amortização - juros	(244)	(794)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	1.317	6.957

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	1.317	5.658
Não circulante	-	1.299
	1.317	6.957

A Companhia possui dois contratos de dívida cujos recursos captados ocorreram através de financiamentos bancários com o BNDES. (a) A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O valor total do financiamento foi de R\$ 27.006 divididos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R\$ 20.074 destinados às obras civis e demais itens financeiros necessários à implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,21% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de outubro de 2024. ii. Subcrédito B no valor de R\$ 6.931 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros

credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo 1,3 e o ICP superior a 0,3. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a.1) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2023	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	5,79	-
(A) Geração de caixa da atividade	35.001	-
(B) Serviço da dívida	6.045	-
(A) Geração de caixa da atividade	35.001	-
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	18.137	-
(+) EBITDA	19.751	-
(-) Pagamento de imposto de renda	(2.026)	-
(-) Pagamento de contribuição social	(861)	-
(B) Serviço da dívida	6.045	-
(+) Amortização de principal	5.801	-
(+) Pagamento de juros	244	-
EBITDA	19.751	-
(+) Lucro líquido do exercício	13.941	-
(+) Despesa (receita) financeira líquida	(1.266)	-
(+) Provisão para imposto de renda e contribuições sociais	7.075	-

(a.2) Índice de capital próprio (ICP)

	2023	2022
(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	0,7	-
(B) Patrimônio líquido	125.230	-
(C) Total do ativo	172.140	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento. (b) Em julho de 2018 a Companhia captou com o BNDES capital de giro para finalização do reforço do montante de R\$ 16.000. Sobre o saldo principal incidem juros de 4,78% ao ano, com a primeira parcela de encargos em 15 de outubro de 2018, primeira parcela de amortização em 15 de agosto de 2020 e última parcela e vencimento final da captação em 15 de julho de 2023.

13 PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS	2.547	2.328
COFINS	11.733	10.724
	14.280	13.052

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	1.441	1.290
Não circulante	12.839	11.762
	14.280	13.052

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Imposto de renda	15.957	13.433
Contribuição social	5.699	4.789
	21.656	18.221

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47	-	-
- Receita de Contrato com Cliente	(21.656)	(18.221)
	(21.656)	(18.221)

15 Provisão e passivo contingente: A Companhia é parte em um processo judicial, oriundo do curso normal de suas operações. Esse processo envolve assunto de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. **(a) Desconto da parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O processo administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na perda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Companhia, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de respectivamente R\$ 29 e R\$ 27 e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 111.732 dividido em 111.732.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$ 1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Reserva de lucros** - A Companhia possui reservas constituídas em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 697 e R\$ 545, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 foram destinados R\$ 5.182 para reserva de retenção de lucros. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 5.000 como dividendos adicionais. **iii. Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 o valor destinado foi de R\$ 6.622. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 6.622 e R\$ 5.182, respectivamente.

17 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de construção	12.414	-
Remuneração do ativo	19.069	18.084
Receita de operação e manutenção	2.640	2.528
Compartilhamento de infraestrutura	236	222
Parcela variável	(18)	-
Receita bruta	34.341	20.834
Pis e Cofins correntes	(1.924)	(1.742)
Pis e Cofins diferidos	(1.251)	(148)
Encargos setoriais	(783)	(722)
Deduções da receita	(3.958)	(2.612)
	30.383	18.222

18 Custo de construção

	2023	2022
Serviços	2.678	4.151
Máquinas, equipamentos e materiais	2.300	2.300
Meio ambiente	-	1.406
Fundário	-	318
	4.978	8.175

19 Serviços de terceiros: (a) Custos operacionais

	2023	2022
Reparo e manutenção	-	-
das instalações de transmissão	(ii)	(587)
Vigilância e segurança	(397)	(371)
Serviço de operação e manutenção	(i)	(166)
Diversos	(51)	(104)
Consultorias	-	(14)
	(1.201)	(782)

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. (ii) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais

	2023	2022
Prestação de serviços administrativos	(164)	(165)
Consultorias	(120)	(159)
Diversos	(70)	(65)
	(354)	(389)

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo.

20 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	1.889	1.939
Receitas financeiras	1.889	1.939
Juros - financiamento	(405)	(1.456)
Outras despesas	(218)	(303)
Despesas financeiras	(623)	(1.759)
	1.266	180

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Pedras Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pedras Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

21 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	21.016	16.410
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(7.146)	(5.579)
Exclusões (adições)	71	78
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(7.075)	(5.501)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

	Passivo	Despesa
	2023	2022
Celeo Redes (i)	34	49
	34	49

i. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 02 de janeiro de 2014 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R\$ 100 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais.

(b) Dividendos

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	5.182	4.591
Dividendos oriundos das reservas de lucros	5.000	-
Pagamento de dividendos	(10.182)	(4.591)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	6.622	5.182
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	6.622	5.182

(c) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN). **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de**